

A C Ó R D ã O Nº 8.948

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 16.926.2012-70-TCE (Processo nº 14.910.2011-30-TCE - Apenso)

ASSUNTO: Recurso de Reconsideração com pedido de efeito suspensivo da decisão contida no Acórdão nº 7.914/12, exarada nos autos do Processo nº 14.910.2011-30-TCE – Prestação de Contas da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Acre – CODISACRE, exercício de 2010.

RESPONSÁVEL: Senhor José Luiz Sombra Rodrigues

RELATOR: Conselheiro José Augusto Araújo de Faria

Recurso de Reconsideração. Prestação de Contas. Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Acre – CODISACRE. Conhecimento. Alteração dos fundamentos do Acórdão nº 7.914/2012 quanto aos itens “a” (primeira parte), “d” e “e”. Exclusão da condenação. Reforma para ressalvas do entendimento quanto aos itens “c” e “f”, restringindo a abrangência deste último ao contrato para a prestação de serviços contábeis. Regularidade com ressalva. Exclusão da multa aplicada ao gestor.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) conhecer** do Recurso de Reconsideração, por ser próprio e tempestivo nos termos da LCE nº 38/93, art. 68 e, no **mérito**, **alterar** os fundamentos do Acórdão nº 7.914/2012, quanto aos itens “a” (primeira parte), “d” e “e” **no sentido de excluí-los da condenação** pelos motivos de que esses eventos estão devidamente subsidiados por documentos trazidos junto à Prestação de Contas (fls. 116 e 126/127 – Processo nº 14.910.2011-30), quando confrontado com o valor total do Inventário de Bens Móveis e Imóveis (fls. 110/117 e 120 do mesmo processo), **reformando para ressalvas** o entendimento quanto aos itens “c” e “f”, **restringindo** a abrangência deste último ao contrato para a prestação de serviços contábeis, **retificando** a decisão do referido Aresto, que considerou IRREGULAR a Prestação de Contas da CODISACRE, exercício de 2010, **classificando a gestão** como **REGULAR COM RESSALVA**, com fulcro no inciso II, do art. 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, **valendo como ressalvas**, a falta de planejamento na previsão orçamentária; a ausência de encaminhamento dos termos de baixa, no valor de **R\$ 16.729,76** (dezesesseis mil, setecentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos) na conta “bens móveis” do Balanço Patrimonial, quando comparado com os exercícios anteriores; e, a ausência de cópias de contratos, firmados com entidades no exercício de 2010; **2) excluir a multa** no valor de **R\$ 3.005,95** (três mil e cinco reais e noventa e cinco centavos) aplicada ao Senhor José Luiz Sombra Rodrigues – Diretor-Presidente da CODISACRE à época; **3) averbar** esta decisão no verso do Acórdão recorrido e **desapensamento** do Processo nº 14.910.2011-30-TCE, para fins de **arquivamento**; e **4) notificar** esta decisão ao recorrente. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** deste

(A C Ó R D ã O Nº 8.948 – FL. 02 de 02)

processo. Ausentes, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro e a Excelentíssima Senhora Conselheira Dulcinéa Benício de Araújo.-

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 03 de julho de 2014

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Presidente do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Relator

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA

Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC